

Ministro das Comunicações tem bens bloqueados



Orçamento secreto. O ministro Jucelino Filho, das Comunicações, destinou R\$ 13,4 milhões a cidade de 30 mil habitantes comandada pela irmã, no interior do Maranhão, diz Portal da Transparência

ALVO NA ESPLANADA Suspeito de desvio, Jucelino é primeiro ministro atingido pela PF

PAULLA SERRA, MARIANA MENZ, SIMONE FERREIRA SANTOS E LUIS MARDILLO

Passados oito meses do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Polícia Federal (PF) realizou ontem a primeira operação que atinge um integrante da Esplanada: o ministro das Comunicações, Jucelino Filho (União Brasil), investigado por suspeita de participar em um esquema de desvio de recursos federais por meio de emendas parlamentares. Embora o integrante do primeiro escalão do Executivo federal não tenha sido alvo de buscas, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do caso na Corte, Luis Roberto Barroso, determinou bloqueio de bens dele e de outros alvos do inquérito que somam R\$ 835 mil.

À emenda que entrou na mira da PF foi repassada à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), órgão comandado pelo Ceniros e que ganhou musculatura nos últimos anos por ser destino de recursos federais destinados a municípios que ganharam o chamado orçamento secreto. Trata-se do instrumento por meio do qual parlamentares destinavam recursos do orçamento da União a seus redutos eleitorais, sem precisarem se identificar. O mecanismo foi considerado inconstitucional pelo STF em 2022. Entre os objetos da apuração da PF está a pavimentação de uma estrada que beneficia uma propriedade de Jucelino Filho.

OBRA SUSPEITA
Ao todo, o ministro destinou pelo menos R\$ 13,4 milhões para Vitorino Freire por meio do orçamento secreto, segundo dados do Portal da Transparência. Além dos recursos indicados via esse mecanismo, ainda como deputado federal, ele indicou outros R\$ 11,1 milhões diretamente para a mesma prefeitura, via emendas individuais.

Luana Resende, irmã do ministro, foi afastada do cargo por determinação de Luis Roberto Barroso. Médica de formação, ela tem 35 anos e está em seu segundo mandato à frente da cidade maranhense de pouco mais de 30 mil habitantes. Barroso não autorizou, contudo, que a PF cumprisse um mandato de busca e apreensão no apartamento do ministro. O magistrado não viu provas suficientes na apuração para embasar a medi-

O CAMINHO DO DINHEIRO E OS ENVOLVIDOS NO ESQUEMA
A operação da PF deflagrada ontem tem como objetivo desarticular uma organização criminosa estruturada para promover fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro, envolvendo verbas federais da Codevasf



Jucelino Filho
Ministro das Comunicações e deputado licenciado (União-MA)
Enviou R\$ 13,4 milhões do orçamento secreto para obras na cidade de Vitorino Freire (MA) via Codevasf. Desse, R\$ 5 milhões foram para asfaltar a estrada que dá acesso a fazenda da família do ministro

Luana Resende
Irmã de Jucelino Filho e deputada licenciada (União-MA)
Principal alvo da operação de ontem, é responsável por contratar, no ano passado, a Construservice, firma que executou a obra. Ela foi afastada do cargo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)

Eduardo Costa Barros, o Eduardo DP ou Imperador. Aparentado como sócio oculto da Construservice
Já foi apontado pelo MPF como "conhecido agente" de políticos e empresários. Também foi acusado de usar duas cartilhas de sapateamento, três CPFs, duas carteiras de identidade e dois títulos de eleitor, apontam documentos obtidos pelo GLOBO



A Construservice, que está em nome de laranjas, disputou sozinho a licitação. De acordo com investigações da Polícia Federal, Eduardo já foi preso por supostamente comandar um esquema de lavagem de dinheiro realizado a partir do desvio de verba pública, por meio de fraudes em licitações. Na prática, os criminosos criavam empresas de fachada e simulavam competições durante as licitações, com o propósito de fazer com que a empresa vencedora fosse sempre a de Eduardo DP.

A obra apontada pela PF como suspeita foi executada pela empresa Construservice, principal alvo do inquérito, aberto em 2022. De acordo com a PF,

ela tem como sócio oculto Eduardo Costa Barros, o Eduardo DP, também conhecido como Imperador. Ele foi preso em 2022, acusado de comandar o esquema de lavagem de

dinheiro realizado a partir do desvio de verba pública, por meio de fraudes em licitações. Segundo a Folha de S. Paulo, a Polícia Federal afirma que Eduardo DP pagou a uma

empresa de fachada do ministro das Comunicações. O dinheiro, sem valor detalhado em decisão judicial, teria sido repassado para a empresa Arco Construções e Incorporações, que não tem o ministro entre os sócios formais, mas "laicamente pertence a Jucelino Filho", segundo relatório da PF obtido pelo jornal.

Na prática, os criminosos criavam empresas de fachada e simulavam competições durante as licitações, com o propósito de fazer com que a empresa vencedora fosse sempre a de Eduardo. Na ocasião, foi apreendido mais de R\$ 1 milhão em dinheiro vivo, além de itens de luxo, como bolsas e relógios. Se confirmadas as suspeitas, os investigados poderão responder por fraude em licitação, lavagem de capitais, organização criminosa, peculato, corrupção ativa e corrupção passiva.

Antes desta investigação, Eduardo chegou a ser preso outras duas vezes em 2015, acusado de integrar esquemas com o mesmo mecanismo. Em uma dessas ocasiões, R\$ 5 milhões foram encontrados em uma de suas contas, valor que teria sido transferido, sem justificativa, pela Prefeitura de Dom Pedro, uma outra cidade do Maranhão.

Os mandados de busca e apreensão cumpridos ontem ocorreram, além do município de Vitorino Freire, nas cidades de São Luís (MA) e Bacabal (MA), base eleitoral do ministro do União Brasil, que é deputado federal licenciado. Ele nega ter cometido irregularidades.

"INSTRUMENTOS LEGÍTIMOS"

Por meio dos recursos advogados de Jucelino Filho afirmaram que a atuação dele "tem sido pautada pelo interesse público e atendimento da população". Lembram ainda que Jucelino Filho "não foi alvo de buscas" e que o inquérito servirá para mostrar que não houve ilegalidades por parte dele. "Emendas parlamentares, vale dizer, são instrumentos legítimos e democráticos do Congresso e Jucelino Filho segue à disposição, como sempre esteve, para prestar esclarecimentos às autoridades", diz a nota de defesa.

Sem nunca ter firmado contratos com o governo federal antes de 2019, a Construservice participou de obras de pavimentação em seis estados por um valor que pode chegar a cerca de R\$ 400 milhões, de acordo com o Portal da Transparência. A Construservice, empresa controlada por Eduardo DP, segundo a PF, firmou uma série de contratos com a Codevasf e foi a segunda firma que mais fechou compromissos com o governo federal na gestão de Jair Bolsonaro (PL). Ao GLOBO, os advogados Daniel de Faria Jeronimo Leite e Tharick Santos Ferreira, que representam Eduardo, informaram que a Construservice está à disposição das autoridades "para prestação de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos que se fizerem necessários para demonstrar a licitude das licitações e contratos administrativos investigados".